



Francisco Falcão é o novo corregedor do Conselho da Justiça Federal

O ministro Francisco Falcão tomou posse nesta terça-feira (18) como corregedor-geral do Conselho da Justiça Federal, diretor do Centro de Estudos Judiciários e presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais. “Cada vez mais, no Poder Judiciário, são bem visíveis os sinais da modernização administrativa, em ordem a evidenciar que o tempo das improvisações já pertence ao passado”, disse em discurso.

Ele elogiou a gestão de seu antecessor, ministro Hamilton Carvalhido, a qual considerou operosa e eficiente. Afirmou que pretende dar continuidade ao brilhante trabalho desenvolvido.

O presidente do STJ e do CJF, ministro Cesar Asfor Rocha, comemorou a gestão do ministro Carvalhido no cargo de corregedor-geral, destacando o trabalho que teve para reimplantar a Corregedoria, que não tem mais a feição de elaborar trabalhos correccionais, mas sim de estabelecer as linhas de gestão moderna.

Segundo o ministro Asfor Rocha, há uma grande preocupação com o chamado da sociedade para minimizar a morosidade da Justiça. “Antigamente, tínhamos um certo menosprezo pela atuação administrativa. Hoje, todos nós nos preocupamos com isso. E, nesta linha, temos a grande satisfação de saber que o ministro Francisco Falcão é vocacionado para as boas práticas na administração da Justiça”, disse.

O presidente do STJ disse que o ministro Falcão conhece bem a Justiça Federal por ter vindo dela. “Esse viés de atuação dá à Justiça Federal uma tranquilidade de que os projetos implantados e esboçados pelo ministro Carvalhido terão continuidade com o ministro Francisco Falcão. Chegaremos ao final de sua gestão certos de que o ministro se portou à altura das expectativas de todos. A tarefa é árdua”, afirmou.

Francisco Falcão é natural de Recife e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Iniciou sua carreira profissional exercendo funções de confiança na prefeitura de Recife e no governo do estado de Pernambuco. Também atuou como advogado nos estados de Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro e Brasília.

Em 1989, foi indicado em lista tríplice, em primeiro lugar, pelos ministros do Tribunal Federal de Recursos, em vaga de advogado, para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região. No TRF-5, atuou como vice-presidente e corregedor regional no biênio 1996/1997 e como presidente no biênio 1997/1999. Foi juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco no biênio 1989/1991.

Foi indicado ministro do Superior Tribunal de Justiça em 1999 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Na corte, já atuou como membro da 1ª Seção, da 1ª Turma, da Corte Especial e do Conselho de Administração, além de ser presidente da 1ª Turma no biênio 2002/2004. Foi membro suplente do colegiado. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

Date Created

18/08/2009